

## HABEAS CORPUS 154.322 DISTRITO FEDERAL

**RELATOR** : MIN. GILMAR MENDES  
**PACTE.(S)** : TODOS OS CIDADÃOS QUE SE ENCONTRAM PRESOS, E OS QUE ESTÃO NA IMINÊNCIA DE SEREM, PARA FINS DE EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE PENA, DECORRENTE DE CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM SEGUNDO GRAU  
**IMPTE.(S)** : FRANCISCO XAVIER TORRES E OUTRO(A/S)  
**COATOR(A/S)(ES)** : PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

**Decisão:** Trata-se de *habeas corpus* coletivo, com pedido de liminar, impetrado por Francisco Xavier Torres e outros, em favor de “*todos os cidadãos que se encontram presos, e os que estão na iminência de serem, para fins de execução provisória de pena, decorrente de condenação confirmada em segundo grau*”, apontando-se como autoridade coatora a Excelentíssima Senhora Ministra Presidente do Supremo Tribunal Federal (eDOC 1, p. 1).

Os impetrantes alegam que os pacientes estariam sofrendo constrangimento ilegal, em razão de omissão da Ministra Presidente no sentido de colocar em pauta as ADCs 43 e 44, que versam sobre o encarceramento antes do trânsito em julgado de decisão condenatória em segunda instância.

Sustentam a possibilidade de impetração de *writ* em caráter coletivo diretamente no STF, citando o HC 143.641/SP como jurisprudência que inaugurou essa autorização (eDOC 1, p. 4).

Contextualizam o pedido afirmando que esta Corte, no julgamento do HC 126.292/SP, decidiu que “*a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal*” e, em razão dessa decisão, foram propostas as referidas ADCs (eDOC 1, p. 12).

Manifestam que o HC 126.292/SP gerou conflitos e constrangimentos ilegais e que os tribunais e juízos criminais do país têm executado provisoriamente as penas pela simples justificativa de condenação em segundo grau (eDOC 1, p. 15).

Atestam que, diante desse quadro de instabilidade e em virtude da

## HC 154322 / DF

garantia fundamental da presunção de inocência, o Ministro Marco Aurélio liberou, em 5.12.2017, as citadas ADCs para inserção em pauta pela Ministra Presidente (eDOC 1, p. 15).

Na justificativa do pedido, os impetrantes mencionam notícias veiculadas pela imprensa a respeito do tema (eDOC 1, p. 17-21) e afirmam que a Ministra Presidente declarou abertamente que não pautará os feitos. Aduzem que tal ato é discricionário e omissivo, além de causar manifesto constrangimento ilegal, tendo em vista que diversas pessoas estão com a liberdade cerceada ou na iminência de serem presas.

Requerem, portanto, i) liminarmente, e em razão da imprevisão de quando as ADCs 43 e 44 entrarão em pauta, a suspensão de todas as prisões e das que estão na iminência de se concretizarem, para fins unicamente de execução provisória e que decorram da condenação em segundo grau; ii) a notificação da Ministra Presidente do STF para, querendo, prestar informações e remeter os autos à PGR; iii) no mérito, pugnam pela confirmação da liminar.

**É o relatório.**

**Decido.**

De início, convém destacar que a Segunda Turma, no HC 143.641, de relatoria do Min. Ricardo Lewandowski, assentou entendimento no sentido do cabimento do *habeas corpus* coletivo, pelo que reitero, aqui, a importância da coletivização deste que é, no mais das vezes, o único instrumento efetivo de tutela da liberdade de locomoção e de suas adjacências.

No mais, os requisitos formais do *writ* estão presentes, entre os quais destaco a competência constitucional do STF, a teor do art. 102, I, c, da Constituição Federal, afastada a aplicação da Súmula 606 do STF, por estar em causa ato administrativo (inclusão em pauta) da Presidência da Corte. Também estão cumpridas as formalidades exigidas pelo art. 654, § 1º, do Código de Processo Penal.

No mérito, convém destacar que a questão é das mais debatidas nesta Corte. A título exemplificativo, em 2009, nos autos do HC 84.078, de

## HC 154322 / DF

relatoria do Min. Eros Grau, o Plenário decidiu, por maioria de votos, conceder ordem de *habeas corpus*, condicionando a execução da pena privativa de liberdade ao trânsito em julgado da sentença condenatória, deixando assentado que “a prisão antes do trânsito em julgado da condenação somente pode ser decretada a título cautelar”.

Naquela oportunidade, o Min. Cezar Peluso apresentou uma detida digressão histórica do princípio da presunção de inocência, asseverando o seguinte:

“Quando se diz que se deve adotar, no processo, a presunção de inocência, não se diz que o Estado, mediante o ordenamento, considera o réu inocente. Isso seria juízo de fato, juízo empírico, que está longe do contexto, da finalidade e do alcance do princípio. Este não constitui afirmação empírica, não é afirmação sobre a verdade de fato de os réus dos processos terem, ou não, cometido os crimes que se lhe atribuem no processo”.

Mais recentemente, as decisões do STF no HC 126.292 e, em sede liminar, nas ADCs 43 e 44 *possibilitaram* – não *determinaram* – a prisão após julgamento em segunda instância, assentando-se, naquela oportunidade, que

“a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal”. (HC 126.292, Rel. Min. Teori Zavascki, DJe de 17.5.2016)

A possibilidade assentada pela Corte não pode, portanto, ser interpretada como uma determinação de prisão após a condenação em segunda instância. De fato, não foi o que restou decidido.

No que se refere ao suposto constrangimento ilegal, não vislumbro a sua ocorrência, na medida em que, no caso em tela, as prisões (ou possibilidades de prisões) não decorrem da não inclusão em pauta das ADCs 43 e 44, mas de decisões judiciais amparadas em entendimento

## HC 154322 / DF

desta Corte. É dizer: a alegada omissão não retira a justa causa das prisões efetuadas, tampouco de eventuais prisões vindouras, razão pela qual não pode ser reconhecida como constrangimento ilegal.

Não há, aqui, hipótese de *non liquet* das ADCs 43 e 44.

A não inclusão em pauta não é razão para amparar a concessão de ordem genérica de *habeas corpus* para a liberação de todas as pessoas que estejam presas em razão da possibilidade de execução antecipada da pena, bem como para impedir que se determinem novos encarceramentos em tais situações.

Esse é um ponto que convém repisar. A pretensão de concessão de ordem genérica, tal como requerida pelos impetrantes, não é, nem nunca foi, compatível com a orientação deste Tribunal. Digo isso porque, mesmo que se adote a orientação contrária ao decidido no julgamento da medida cautelar nas ADCs 44 e 45, como já foi da jurisprudência desta Corte, ainda assim restaria possível a decretação de prisão, desde que presentes os requisitos necessários a essa providência.

Posta a questão nesses termos, vê-se que a pretensão dos impetrantes, assim genérica, é, em si mesma, jurídica e faticamente impossível, não podendo ser acolhida, haja vista a necessária análise da questão em cada caso concreto.

Seria temerária a concessão da ordem, um vez que geraria uma potencial quebra de normalidade institucional. Isto porque, ainda que parem dúvidas acerca da manutenção, ou não, do entendimento desta Corte em relação ao tema, as prisões em tela têm justa causa. Não há, na espécie, teratologia que desafie atuação enérgica desta Corte em *habeas corpus*, nomeadamente em sede de liminar.

Por fim, é de se observar que os referidos processos foram disponibilizados para julgamento pelo eminente Relator em 5.12.2017, não havendo falar-se em tempo flagrantemente irrazoável para julgamento que possa comprometer a garantia constitucional da razoável duração do processo insculpida no art. 5º, inciso LXXVIII, da CF/88.

Diante do exposto, **denego** a ordem de *habeas corpus*, restando

**HC 154322 / DF**

prejudicada a análise da liminar, na forma do art. 21, § 1º do RISTF.

Publique-se.

Brasília, 19 de março de 2018.

**Ministro Gilmar Mendes**

Relator

*Documento assinado digitalmente*